

SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO FISCAL DA PBPREV JUNHO DE 2023

1. LOCAL, DATA E HORA

João Pessoa, 20 de junho de 2023, às 10h00.

Reunião em ambiente virtual – aplicativo Microsoft Teams.

2. QUORUM

- ✓ **ACP JOHN KENNEDY FERREIRA**, Presidente do Conselho Fiscal da PBPREV – representante da Controladoria Geral do Estado da Paraíba;
- ✓ **ACP MARIA ZAIRA CHAGAS GUERRA PONTES**, representante do Conselho Administrativo da PBPREV no Conselho Fiscal;
- ✓ **AFRFB MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO**, representante da Secretaria de Estado da Fazenda no Conselho Fiscal da PBPREV;
- ✓ **ACP HÉLIDA CAVALCANTI DE BRITO**, representante dos Servidores Civis Inativos no Conselho Fiscal da PBPREV;
- ✓ **ACP AUREA BUSTORFF FEODRIPPE QUINTÃO**, representante dos Servidores Civis Ativos no Conselho Fiscal da PBPREV;
- ✓ **PGE PAULO MÁRCIO SOARES MADRUGA**, representante da Procuradoria Geral do Estado da Paraíba no Conselho Fiscal da PBPREV;
- ✓ **MAJ. JOSÉ JORGE LOPES XAVIER JUNIOR**, representante dos Militares Ativos no Conselho Fiscal da PBPREV;
- ✓ **CEL. CIRO SANTOS**, representante dos Militares Inativos no CONFIS.

3. ORDEM DO DIA

Demonstrativos Contábeis da PBPREV – MAIO 2023;

Posição dos Investimentos – MAIO 2023;

Outros assuntos de interesse do Conselho Fiscal.

4. ASSUNTOS GERAIS

Presentes os conselheiros representantes do CONAD – Conselho Administrativo da PBPREV, SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda, PGE – Procuradoria Geral do Estado, CGE – Controladoria Geral do Estado, Servidores Civis Ativos, Servidores Civis Inativos, Servidores Militares Ativos e Servidores Militares Inativos, foi obtido o *Quorum* total de que trata a Lei 7.517, de 30 de dezembro de 2003, e o Regulamento Geral da PBPREV – Decreto n.º 42.675, de 06 de julho de 2022, iniciando-se a Reunião Ordinária do Conselho Fiscal relativa ao mês de janeiro de 2023.

Presentes os servidores da PBPREV:

- ✓ **LUIZ CARLOS JÚNIOR**, Gerente Contábil e Financeiro;
- ✓ **REGINA KARLA BATISTA ALVES**, Gestora de Investimentos;
- ✓ **CLÁUDIA CRISTINA PATRÍCIO PEREIRA**, Chefe de Gabinete;
- ✓ **THIAGO CAMINHA PESSOA DA COSTA**, Membro do Comitê de Investimentos; Secretário dos Conselhos da PBPREV;

A Secretaria dos Conselhos informou a gravação da Sexta Reunião Ordinária do Conselho Fiscal da PBPREV, na data de hoje, 20 de junho de 2023, 10h00.

SALDO DOS INVESTIMENTOS DA PBPREV – MAIO DE 2023

Autorizado o início dos trabalhos pelo Presidente do Conselho Fiscal, a Gestora dos Recursos Previdenciários, Regina Karla Batista Alves, passou a apresentar os números do RPPS relativo aos investimentos do mês de MAIO/2023.

A gestora informou que após deliberações na reunião do Comitê de Investimentos do mês de maio, foram tomadas decisões no sentido de realizar mudanças para diminuir o impacto da volatilidade na carteira de investimentos da PBPREV, diante do momento de cautela que sugere a diminuição da exposição em ativos no exterior e renda variável, que vinham impactando negativamente a carteira do RPPS.

No geral, as expectativas para a economia mundial e nacional para os próximos meses indicam diminuição da inflação e da taxa de juros dos Estados Unidos, que ainda impactam o cenário Global. Nesse mesmo sentido, na Zona do Euro também houve registro de desaceleração da inflação no mês de maio. Na China também houve sinalização de diminuição da pressão inflacionária.

No Brasil, o PIB registrou crescimento no Primeiro Trimestre de 2023, impulsionado pelo Setor Agropecuário, além de que o IPCA registrou desaceleração nesse mês de maio em relação ao mês de abril, atingindo 0,23% ante os 0,61 da competência anterior. Com esse resultado, a inflação dos últimos 12 meses aproxima-se da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional de 3,25% para o ano 2023.

Entretanto, em sua última reunião, o COPOM – Conselho de Política Monetária do Banco Central do Brasil anunciou a manutenção da taxa básica de juros – SELIC – em 13,75%, apesar da expectativa dos setores produtivos de que houvesse um decréscimo do índice. A medida do BACEN visa o controle da inflação e garantia da estabilidade dos preços.

Ainda no cenário doméstico, o arcabouço fiscal, que define uma trajetória do governo central que propicie a responsabilidade fiscal, tramita na câmara alta do Congresso.

No que se refere aos investimentos da PBPREV, a gestora informou que os recursos estão alocados em 21 fundos de 06 instituições financeiras: Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco Santander S/A, Banco Bradesco S/A, Banco do Nordeste e XPI – XP Investimentos.

Destacou a gestora que todos os investimentos estão respeitando a Resolução CMN 4.963 do Conselho Monetário Nacional norteadora da matéria, atendo-se aos limites e parâmetros da Política de Investimentos da PBPREV para esse exercício 2023.

Neste contexto, a PBPREV encerrou a posição de MAIO/2023 com o montante de **R\$ 1.027.668.303,86**, destacando evolução constante do patrimônio neste ano de 2023, mantendo-se a cautela no perfil de investimento institucional, com carteira conservadora.

A gestora também destacou movimentações realizadas nos fundos em destaque demonstrados em planilha. O Fundo de Vértice da Caixa vencido agora em maio de 2023, pagou a taxa de inflação + taxa de juros do período, e para diminuir a volatilidade da carteira, o Comitê de Investimentos, considerando também as orientações da consultoria de investimentos Lema, a PBPREV migrou o recurso para aquisição de letras financeiras e títulos públicos, que pagam IPCA + taxa de juros acima da meta atuarial, apresentando menos volatilidade que um fundo de vértice.

As Letras Financeiras são títulos privados, emitidos pelas instituições bancárias, assegurando o atingimento da meta atuarial, eis que remuneram IPCA + Taxa de Juros superior à meta estabelecida, adquiridas de instituição "triplo A" pelas agências de classificação de risco.

O valor do resgate do Fundo de Vértice da Caixa foi alocado em NTN-B, adquiridas junto ao Banco Bradesco S/A.

O Comitê de Investimentos também decidiu realizar o resgate total do fundo Bolsa Americana, classificação de renda variável, e o Fundo Macro do Bradesco, alocando em Letras Financeiras emitidas também pelo Bradesco, após cotação realizada junto às instituições Santander, Itaú e Caixa.

A Gestora de investimentos destacou o retorno positivo da estratégia de investimento em letras financeiras, com retorno positivo em curto tempo.

Neste mês de MAIO/2023, a PBPREV atingiu a expressiva **rentabilidade de 1,35%**, possibilitando variação positiva, atingindo-se o montante de **R\$ 13.599.493,20**, correspondentes a 200% da rentabilidade comparada com a meta atuarial, de 0,65% estabelecida para o mês.

Quanto à natureza dos investimentos, os recursos estão distribuídos em 21 aplicações distintas de 06 instituições financeiras, dos quais **83,03%** estão alocados em modalidade **renda fixa**; somando-se aos **7,54%** investidos em renda variável; **2,73%** investidos em estruturados; mais **6,7%** investidos no exterior.

Após a apresentação da Gestora de Investimentos, o conselheiro representante da Secretaria de Estado da Fazenda destacou o resultado excepcional dos investimentos no mês de maio, bem assim, reforçando a autonomia das decisões absolutamente técnicas tomadas pelo Comitê de Investimentos da PBPREV, salvaguardando o patrimônio dos segurados, parabenizando a equipe do RPPS.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA PBPREV – MAIO 2023

Em um segundo momento da reunião, o membro do Comitê de Investimento da PBPREV subscrevente expôs os números constantes dos demonstrativos contábeis do RPPS relativos à competência MAIO DE 2023, detalhando-se os 03 (três) fundos previdenciários geridos por este RPPS: Financeiro, SPSM (Militar) e Capitalizado, bem como, a movimentação da taxa de administração.

Iniciando-se pelo **Fundo Previdenciário Financeiro** (servidores civis admitidos até 29 de dezembro de 2012), foram auferidas **receitas** no montante de **R\$ 75.205.249,06** no mês de MAIO de 2023, totalizando **R\$ 358.580.069,76** arrecadados no exercício.

Despesas totais do mês (MAI/23) perfizeram **R\$ 207.584.964,14**, dos quais R\$ 207.099.449,14 (99,91%) corresponderam ao pagamento de benefícios previdenciários desta competência.

O **déficit previdenciário** do Fundo Financeiro atingiu o montante de **R\$ 132.379.715,08** na competência analisada (MAI/23), com **aportes realizados pelo Tesouro Estadual** na ordem de **R\$ 132.698.355,51**.

Em relação ao **SPSM/PB – Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado da Paraíba** auferiu receitas de **R\$ 17.448.862,51** em MAIO DE 2023, com despesas totais de **R\$ 43.064.342,80** no período, resultando **déficit R\$ 25.615.480,29**, obrigando o ente a realizar aporte para cobertura de insuficiência neste Fundo Militar de **R\$ 25.205.106,10**.

Já no que diz respeito ao **Fundo Previdenciário Capitalizado**, o valor arrecadado em MAIO DE 2023 foi de **R\$ 26.726.095,41**, com despesa de **R\$ 36.772,25** no período, registrando o superávit de **R\$ 26.689.323,16**.

Despesas Administrativas de R\$ 1.015.430,69 empenhadas na fonte 802 – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO RPPS.

CONSOLIDADO:

Receitas totais de R\$ 556.790.572,06 arrecadadas no período (JAN/2023 a MAI/2023), com **despesas totais de R\$ 1.245.368.317,87**, ocasionaram **déficit de R\$ 688.577.745,81**, obrigando o Tesouro Estadual a transferir ao RPPS o montante de **R\$ 781.667.353,93** para cobertura de insuficiência financeira.

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO CONSELHO FISCAL

Após a apresentação do balanço contábil, o Presidente do Conselho Fiscal passou a tratar do Plano de Incentivo de Aposentadorias dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado.

De fato, há conhecimento de mais de 200 pedidos de aposentadoria da ALPB, questionando o Presidente sobre os impactos do plano na PBPREV.

A esse respeito, a Secretaria dos Conselhos informou que iria solicitar, para a próxima reunião, relatório sobre os impactos do Plano de Incentivo à Aposentadoria da Assembleia Legislativa, consignando em ata a demanda do CONFIS.

A Chefe de Gabinete da PBPREV, Dra. Claudia Cristina Patrício Pereira, informou que até o momento, foram deferidas 71 aposentadorias de servidores da ALPB.

A seguir, o Secretário de Estado da Fazenda, Dr. Marialvo Laureano dos Santos Filho, por sua vez, também tratou do impacto esperado com a questão da implantação do ATS – Adicional por Tempo de Serviço – para os membros do Poder Judiciário, e em sequência pelos membros do Ministério Público.

No que diz respeito às implantações dos ATS, a representante do Conselho de Administração, Auditora de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, Dra. Maria Zaira Chagas Guerra Pontes, manifestou preocupação, diante do impacto que a concessão do benefício ocasionará, haja vista a existência de um limite constitucional para o Poder Judiciário, que independente do valor de remuneração do membro, esta deve se ater ao limite constitucionalmente estabelecido.

Neste contexto, a conselheira questiona se os adicionais por tempo de serviço, que haviam sido extintos para os servidores públicos, agora ressuscitados, de modo que anseia que a PBPREV faça valer o limite constitucional do Presidente do Supremo Tribunal Federal, e isso não venha trazer impacto nas aposentadorias, de modo que a implantação poderá ser realizada, mas deverá ser retido a título de limite constitucional, mormente se tratar de matéria judicial. O beneficiário pode ganhar um elevado valor, mas só deverá perceber, a título de proventos de aposentadoria, valor em conformidade com o limite constitucional. Os recursos previdenciários não são ilimitados.

Como bem exposto pelo Secretário de Estado da Fazenda, a implantação dos ATS não irão se resumir ao Poder Judiciário, serão estendidas aos membros e pensões do Ministério Público, membros e pensões do Tribunal de Contas.

A Auditora das Contas do Governo destacou que membros da ativa percebem remuneração muito acima do limite constitucional, após inclusão de verbas e auxílios próprios das respectivas carreiras, os quais possibilitam que seus membros percebam muito acima do teto constitucional, ocorrendo situações nas quais membros chegam a dobrar o valor do teto remuneratório.

Destaca a representante do Conselho de Administração da PBPREV que o Estado da Paraíba tem a obrigação de resguardar qualquer valor que esteja ultrapassando o teto constitucional, advertindo que, enquanto não é questionada a matéria, o valor é pago.

A conselheira observou que os valores pertencentes ao Fundo Previdenciário Capitalizado estão expressivos porque no momento a grande massa de beneficiários que recebem aposentadoria e pensão da PBPREV ainda integram o Fundo Financeiro, ocasionando despesa para o Tesouro Estadual, apenas após o falecimento do último beneficiário que haverá extinção do aludido fundo de partição simples.

Permanecendo com a palavra, destacou a conselheira egressa do Tribunal de Contas que os recursos capitalizados não devem ser utilizados por longo espaço de tempo, evitando-se que eventuais gestores supostamente não ingressem em aventuras de transferência de recursos vinculados como outrora ocorrera no passado, pois estes recursos, talvez, sejam suficientes para cobrir os benefícios dos servidores da Massa Segregada sem depender dos aportes do Tesouro Estadual.

A Secretaria Executiva dos Conselhos destacou a consignação em ata do Posicionamento da Conselheira representante do Conselho de Administração da PBPREV ora realizada.

Retomada a palavra ao Secretário de Estado da Fazenda, destacou a importância da manifestação da representante do Conselho de Administração da PBPREV neste Conselho Fiscal, informando que manteve contato com o Presidente da PBPREV e, por fim, assegurando que o valor relativo ao limite constitucional está sendo observado pelo Estado.

O Secretário da Fazenda esclareceu que realizou contato com o gestor da PBPREV em virtude da necessidade de se conhecer o impacto mensal que a implantação do ATS geraria na folha de pagamento, indicando que se trata do limite constitucional do Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao redor de R\$ 41 mil no valor atual.

Finalizado esse ponto, o Gerente Contábil e Financeiro da PBPREV, Luiz Carlos Júnior, respondeu pedido de esclarecimento do membro representante dos Militares Ativos, Major José Jorge Lopes Xavier, acerca da não coincidência de valores de déficits registrados com o aporte do mês respectivo, como se vê nos indicadores contemplados nos demonstrativos, relativos aos Fundos Financeiro e Militar (SPSM).

Nesse jaez, o Contador explicou que, em razão da folha de pagamento ser paga 03 dias antes e os recursos provenientes da Secretaria de Estado da Fazenda, o valor solicitado às Finanças é o valor necessário para complemento do pagamento da folha. Após o pagamento, há o ingresso de outros valores de receita. O valor do aporte é menor porque ao final do exercício 2022, a PBPREV finalizou com mais de 20 milhões de reais em caixa no Fundo Financeiro, ou seja, foram utilizados recursos que estavam em caixa provenientes do exercício anterior (2022) para pagamento da folha deste exercício.

O Contador também destacou que os valores relativos às consignações em folha de pagamento só são repassados pelo Executivo no mês subsequente.

A seguir, a conselheira representante dos Servidores Civis Inativos, Auditora Héliida Brito, destacou que no intuito de se evitar questionamentos, pugnou que seria interessante realizar uma observação abaixo das planilhas, a exemplo dos valores disponíveis em caixa.

Retomada a palavra pelo Presidente, o Auditor de Contas Públicas representante da CGE ainda observou que, além das implantações dos ATS – adicionais por tempo de serviço, os beneficiários ainda ingressarão com demandas para recebimento dos retroativos.

Por fim, a conselheira representante dos Civis Inativos aproveitou a oportunidade para parabenizar o Presidente da PBPREV pela realização da Audiência Pública, na qual foram proferidas muitas notícias boas da autarquia previdenciária.

Nesta toada, o Conselheiro representante dos Militares Inativos, Coronel Ciro, justificou a ausência na audiência pública em razão de motivos de saúde familiar, parabenizando a equipe pelo resultado brilhante e a todos os conselheiros pelas observações registradas nesta Reunião Ordinária.

Após o registro, o Presidente encerrou a presente reunião ordinária.

5. ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a acrescentar, declara-se finalizados os trabalhos da Reunião Ordinária deste Conselho Fiscal da PBPREV relativa ao mês de JUNHO de 2023.

Para constar eu, **Thiago Caminha Pessoa da Costa**, servidor público estadual, lavrei a presente ata, dispensada a assinada dos presentes em virtude do ambiente virtual.

ACP JOHN KENNEDY FERREIRA
Presidente do Conselho Fiscal da PBPREV
Auditor de Contas Públicas CGE/PB

AFRFB MARIALVO LAUREANO DOS SANTOS FILHO
Representante da Secretaria de Estado da Fazenda SEFAZ/PB
Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil

ACP MARIA ZAIRA CHAGAS GUERRA PONTES
Representante do Conselho Administrativo da PBPREV
Auditor de Contas Públicas TCE/PB

ACP ÁUREA BUSTORFF FEODRIPPE QUINTÃO
Representante da Controladoria Geral do Estado
Auditor de Contas Públicas CGE/PB

PGE PAULO MÁRCIO SOARES MADRUGA
Representante da Procuradoria Geral do Estado
Procurador Geral Adjunto PGE/PB

ACP HÉLIDA CAVALCANTI DE BRITO
Representante dos Servidores Civis Inativos
Auditor de Contas Públicas TCE/PB

MAJ. JOSÉ JORGE LOPES XAVIER JÚNIOR
Representante dos Servidores Militares Ativos
MAJ QOC PMPB

CEL. CIRO SANTOS
Representante dos Servidores Militares Inativos
MAJ PMPB

THIAGO CAMINHA PESSOA DA COSTA
PBPREV mat 460.197-1 ANBIMA CPA-20®